O PLANO DE FOMENTO
EM MOÇAMBIQUE *

1 — Quis a Direcção da Sociedade de Estudos, em gesto que profundamente me desvaneceu, convidar um dos seus antigos sócios e dirigentes para ocupar esta tribuna na hora alta em que comemora o seu trigésimo aniversário. Não me pude furtar à grata obrigação que, além do mais, me permite a breve ilusão dum regresso ao convívio assíduo daquele punhado de dedicados servidores, responsáveis pela sobrevivência, desenvolvimento, expansão e triunfo duma obra sem paralelo, talvez, em território nacional. Obra séria, sem pretenciosa fachada ou orgulhosa auto-propaganda, feita com humildade e dedicação, através de algumas dificuldades e passageiros desânimos, de vitórias e de belas realizações, aqui está a oferecer-se a Moçambique e à Nação, tal como é, preparada para continuar a servir.

É agradável, na verdade, poder regressar. Mas, ao fazê-lo, não pretendo escrever história, recordar as batalhas perdidas ou ganhas, apontar os serviços agradecidos ou, porventura, ignorados. Como Organismo jovem que, do passado, guarda as lições e a experiência, mas não a doentia contemplação saudosista, a Sociedade debruça-se, com interesse, curiosidade, entusiasmo e fé, da larga varanda do futuro. Por isso, me pediu a sua ilustre Direcção que alguma coisa dissesse neste momento sobre a estrutura, evolução e perspectivas do Plano de Fomento em curso na Província, em curso em Portugal inteiro.

2 — Interroguei-me longamente sobre se seria esse o tema apropriado para a data que se pretende comemorar. Talvez fosse mais tradicional que outrem trouxesse aqui dissertação de valor sobre tema científico, literário ou técnico, à guisa de oração de sapiência das nossas velhas Universidades, onde a Sociedade tem ido beber inspiração e buscar o concurso dos seus diplomados. Mas lembrei-me justamente da preocupação do Fundador, em juntar, em pôr em contacto directo e frequente, elementos das profissões, das artes, do trabalho ou do ensino que a vida exigente do nosso tempo com tanta facilidade separa, quando não divide. Isto é, foi uma preocupação de síntese de conhecimentos com um fim útil, por cima das invisíveis barreiras que dia a dia se vão erguendo, que deu o primeiro impulso criador à iniciativa que ia nascer. Essa preocupação manteve-se pelos anos fora; e recordo os animados debates que, no seu primeiro Congresso — já lá vão treze anos! —, reuniu tantos valores interessados na discussão dum esboço de Plano de desenvolvimento da Província. Do que então se julgava indispensável, muito foi realizado, alguma coisa perdeu o aparente interesse e também certas ideias permanecem ainda, aguardando quem tenha a força ou a coragem de as transformar em coisas vivas.

É natural portanto que se pretenda agora, dentro das limitações de tempo e de oportunidade, uma rápida visão de conjunto da série de empreendimentos dispersos pela Província, com que a população vai tomando contacto através de observação directa, das notícias da imprensa e da rádio, das fugazes imagens do cinema. Que se está fazendo, e porquê? Que fins se pretendem atingir? De que meios se dispõe para ir em frente? Que erros se cometeram ou estarão cometendo e qual a forma de os evitar? Eis aqui, em poucas palavras, perguntas que andam na boca de muita gente que tem amor ao seu País e o permanente desejo de ver iluminado o caminho que seus pés vão pisando. Vale a pena uma tentativa de esclarecimento. Isso vou fazer.

3 — Contràriamente ao que sucedeu na elaboração do Plano na parte respeitante à Metrópole — e cabe aqui uma referência de homenagem e admiração ao Prof. MARCELLO CAETANO, seu principal arquitecto e firme orientador — não se fizeram em Moçambique, nem, segundo creio, nas outras Províncias Ultramarinas, aqueles estudos de base, suficientemente extensos e profundos que permitissem decidir, com um mínimo de hesitações, o rumo a tomar. Ora, um Plano de Fomento não pode ser, não deve ser, um simples catálogo de obras ou um programa de investimentos. Tem que olhar ao longe, a objectivos claros e definidos, sabendo de antemão os meios possíveis a utilizar, prevendo, tanto quanto humanamente é viável, os resultados a curto, médio e longo prazo que da sua execução devem resultar. Isto é, tem que ter, se me é lícito exprimir desta forma, uma filosofia própria, servida por uma técnica eficiente. Na célebre exposição ao Conselho Económico, em 21 de Dezembro de 1956, definiu quanto à Metrópole o então Ministro da Presidência, justamente o Prof. MARCELLO CAETANO, não só essa filosofia, claramente afastada da concepção socialista da planificação económica, como os três grandes objectivos que deviam servir de faróis orientadores das fases seguintes do estudo em curso: a aceleração do ritmo de incremento do produto nacional, o aumento do nível de vida, a ajuda à resolução dos problemas de emprego e a melhoria da balança metropolitana de pagamentos. Nessa altura, dispunha já o Governo duma análise de previsão do desenvolvimento económico para o período de 1959-64, elaborado no Instituto Nacional de Estatística, subsequentemente actualizado e revisto, e bem assim das propostas dos vários Ministérios para os empreendimentos a inscrever, eventualmente, no Plano. Em seguida, equipas de especialistas sob a direcção do Ministro da Presidência começaram a enorme tarefa de seleccionar os empreendimentos a executar, tendo em vista as directrizes da política económica a prosseguir e os elementos de ordem financeira obtidos pelo Ministério das Finanças quanto à forma de fazer face aos investimentos necessários. Daí saiu, finalmente, o projecto do Plano, que

* Conferência pronunciada na Câmara Municipal de Lourenço Marques, na Sessão Solene comemorativa do 30.º aniversário da Sociedade de Estudos de Moçambique

depois de apreciado pelo Governo e pela Assembleia Nacional, veio a ser aprovado.

4 — Pode apreciar-se, portanto, a complexidade da máquina que foi necessário pôr em movimento para um consciencioso estudo do planeamento a fazer. E objectar-se-á: em Moçambique, não se procedeu assim.
Pois não, e certamente haveria vantagem em que tal se tivesse feito. Mas os inconvenientes não foram tão graves como à primeira vista poderia parecer. Vou dizer porquê.
O problema da planificação económica duma Província como a nossa, ainda em fase primária de desenvolvimento, não se assemelha ao do território metropolitano, com uma estrutura diferenciada e evoluída. Podemos mesmo afirmar que, por si só, o ataque às necessidades básicas em matéria de infra-estruturas seria suficiente para absorver completamente e sem dificuldade, no período do Plano, duas ou três vezes o montante total do seu investimento... Por outro lado, aspectos como o da instrução e da saúde pública assumem tonalidades desconhecidas na Europa, mas nem por isso menos prementes e inadiáveis. Assim, o método seguido, em trabalho que bem merece ser tido em apreço, da rápida concatenação crítica de elementos resultantes dos anseios e aspirações expressos através dos Serviços, seguido pela ampla discussão havida no Conselho Legislativo, teve ao menos o mérito de pôr em evidência, perante a população da Província e dos responsáveis pela sua administração, as dimensões das necessidades imediatas e a escassez de recursos para lhes fazer inteiramente face. Com efeito, foi de 5 696 000 contos o montante a que chegou o Conselho Legislativo. Logo, numa atitude realista, reconheceu este estar fora de dúvida a impossibilidade de cobrir tal investimento apenas com recursos próprios da Província; e, na ignorância da contribuição a obter por meio de empréstimos, teve a preocupação de recomendar a hierarquização dos empreendimentos, com vista à sua selecção tendo em vista *aqueles que se dirijam a criarem as condições que consintam a expansão da ocupação produtiva do território oferecendo base ao desenvolvimento da actividade e orientando-a no melhor sentido*. Quer dizer, na sua moção, já o Conselho apontava um objectivo que lhe parecia sobrelevar qualquer outro: o do povoamento, com base no desenvolvimento da produção.

5 — Dêmos um passo mais na compreensão da forma como foi estruturado o Plano de Fomento na parte referente a Moçambique.
Como se sabe, o total dos investimentos previstos para o território português era de cerca de 31 milhões de contos no hexénio, cabendo a esta Província 3 243 000, valor que posteriormente foi elevado até cerca de 3 350 000 contos. Esta importante dotação aparece distribuída por seis grandes rubricas, a saber: *conhecimento científico do território, aproveitamento de recursos, povoamento, comunicações e transportes, instrução e saúde* e, finalmente, *melhoramentos locais*.
Como não podia deixar de ser, é muito grande o peso da construção de infra-estruturas, com o conhecido inconveniente da sua baixa rendabilidade, mas com a evidente justificação de que, para promover um esquema de desenvolvimento económico, é necessário começar pelo princípio...
Contudo, se *a posteriori* também é lícito tentar encontrar uma filosofia do Plano, imposta pelas realidades e sobrepondo-se, consciente ou inconscientemente, às próprias preocupações de quem teve de decidir, não será difícil reconhecer, como tema principal, o do povoamento, seja a curto, médio ou longo prazo. Povoamento que, devo sublinhá-lo de forma inequívoca, não se limita à imigração europeia, antes procura integrar, de harmonia com a nossa tradição de sempre, famílias de qualquer raça numa mesma comunidade norteada pelos mesmos ideais. Assim, simultâneamente com os esquemas de colonização dirigida, como os do Limpopo e do Revuè, encontram-se outros com base na ampliação de núcleos existentes ou na criação de condições para a formação semi-espontânea doutros (caso dos povoamentos ligados às culturas do chá, tabaco e arroz), e procura estimular-se a colonização livre, rasgando vias de comunicação, lançando as primeiras redes da distribuição eléctrica a preços aceitáveis, construindo escolas e hospitais, fornecendo água a povoações civilizadas ou autóctones, electrificando núcleos populacionais, erguendo pequenas ou grandes barragens e represas, equipando portos e caminhos de ferro, desenvolvendo aeródromos, fomentando a agricultura, a pecuária e a silvicultura, tudo isso sem esquecer o futuro, isto é, sem deixar de procurar avaliar, em extensão e profundidade, os recursos disponíveis que possam acelerar o desenvolvimento de Moçambique. Tarefa gigantesca que constitui um autêntico desafio à geração presente e à sua capacidade realizadora e motivo de orgulho e estímulo para a nossa juventude que se prepara para a vida.
Um ponto negro existe neste quadro e tem tal importância que não seria justo ignorá-lo: a estrutura actual do crédito não se adapta às necessidades duma economia de desenvolvimento. Esperamos que a entrada em funcionamento efectivo do Banco de Fomento Nacional venha preencher, em parte, essa lacuna tão grave; e já que o tempo perdido não pode ser recuperado, que ao menos possamos sentir diligência, eficiência e espírito de bem servir no seu lançamento e expansão.

6 — Chegamos agora ao momento de nos determos um pouco mais no pormenor dos empreendimentos.
Começamos pela análise de duas rubricas que devem ser examinadas em conjunto, dado que estão estreitamente ligadas: a de *aproveitamento de recursos* (um pouco mais de 693 000 contos) e a de *povoamento* (cerca de 675 000 contos).
Dos esquemas de colonização dirigida, o que se encontra em fase mais adiantada de realização é o do Limpopo, que será completado dentro do hexénio. Iniciado no primeiro Plano, com dispêndio total de cerca de 455 000 contos, consigna-lhe o Plano vigente 495 000 contos. Onde, em 1953, nada havia, ergue-se hoje uma barragem-ponte, sobre a qual passa a estrada e o caminho de ferro do Limpopo, transportando um milhão de toneladas de mercadorias por ano, e estendem-se a perder de vista os canais de rega, fertilizando uma área que atingirá cerca de 30 000 hectares e em que milhares de europeus e africanos trabalham lado a lado, numa experiência social de convívio que não tem semelhante em África. Uma vila e numerosas aldeias surgiram do mato, e nelas se virão a agrupar 2500 famílias oriundas da Metrópole e 3840 de agricultores autóctones, juntamente com a fixação livre de comerciantes, artezãos, profissionais e toda a gama enorme de interesses subsidiários que representam já, neste momento, um investimento espontâneo de muitos milhares de contos. Um regime de cultura intensiva em regadio, com base em 4 hectares, mas aumentando mais 1 por cada filho, acima de dois, até um máximo de 10, completado pela exploração extensiva de 24 hectares de sequeiro, permite, além da criação de gado, a produção de forragens, frescos, arroz, algodão de fibra longa, trigo e tabaco, esboçando-se agora, para imediata realização, a industrialização local dos produtos agrícolas. Encontram-se já instaladas, neste momento, 554 famílias civilizadas, brancas ou negras e 846 famílias indígenas.

Pode desde já afirmar-se que, em virtude da concretização em tão curto prazo desta vasta obra, se encontra em vias de transformação a fisionomia político-económico-social do Sul da Província.

7 — O esquema do Revuè apresenta-se de características algo diferentes. O Plano prevê a execução da primeira fase, atribuindo-lhe 58 000 contos para continuação dos estudos e 332 000 para ocupação agrícola dos blocos do Sussundenga e Chimézi-Zónué e para ordenamento ou povoamento florestal e piscícola. Recorrendo ao tipo de média propriedade, procura realizar um rendimento líquido anual de 120 contos, por meio de culturas em regadio (citrinas, café, cereais em rotação com pastagens regadas, produtos hortícolas), de culturas de sequeiro (tabaco em rotação com pastos cultivados, milho, amendoim, girassol, rícino em rotação com pastagens cultivadas e leguminosas para feno, ensilagem ou sideração). O conjunto é completado com pastagens naturais para gado bovino de corte. O tipo de culturas e seu rendimento é prèviamente estudado em estações experimentais e fazendas-piloto; da experiência adquirida resultará a área a atribuir a cada herdade e a sua distribuição por regadio, sequeiro e pastagens.
O bloco do Sussundenga tem 30 000 hectares, dos quais a barragem a construir no rio do mesmo nome permitirá a irrigação de cerca de 5380, com 2700 em sequeiro, a que haverá a acrescentar áreas para pastagens. O rendimento bruto global previsto é de 65 000 contos, supondo-se possível a instalação de 120 herdades e mais 1650 explorações agrícolas de menor vulto. Quanto ao bloco do Chimézi-Zónué, com 70 000 hectares, pensa-se pôr em regadio 2300 e em culturas de sequeiro ou pastagens 18 800 com o rendimento bruto global de 33 000 contos, em 80 herdades e 1800 explorações agrícolas. O desenvolvimento de toda a região será completado pela ocupação florestal e piscícola, como se disse.

8 — Vê-se, sem dificuldade, que duas concepções profundamente diferentes presidiram aos dois gigantescos projectos em curso de execução. Num deles — o do Limpopo — predomina a pequena propriedade, com explorações de tipo familiar, embora apoiada na mecanização de parte das operações agrícolas, organização de associações de regantes e de cooperativas, exploração de gado em regime comunitário, industrialização dos produtos agrícolas também em regime de propriedade cooperativa. Vem-se executando pontualmente, apenas com as dificuldades inerentes a todas as grandes obras, e provocará, até 1964, uma extraordinária aceleração no povoamento civilizado no Sul.
No outro — o do Revuè — partiu-se dum critério estritamente económico, de procurar os rendimentos líquidos que assegurassem, em regime de média propriedade, largo desafogo à vida do colono, na ideia de que o povoamento livre induzido por essa presença terá, embora a prazo mais longo, uma expansão superior ao resultante do esquema anterior, sendo mais elevado o factor de multiplicação correspondente ao investimento. Os problemas de mão de obra assumem enorme complexidade e estão longe de se poderem considerar resolvidos, pois não será suficiente um estágio avançado de mecanização agrícola. Os próprios problemas sociais são delicados, tendo especial peso os que se referem ao equilíbrio e confronto da vida das herdades com a das explorações agrícolas subsidiárias.
Teremos assim em Moçambique possibilidade de, em prazo relativamente breve, tirar conclusões, comparar resultados, emendar possíveis deficiências, ganhar valioso capital de experiência. Não é ainda a altura de, dogmàticamente, vir a público afirmar preferências ou agitar ao vento as bandeiras das predilecções pessoais ou de grupo. Do meu posto de observação, tenho aprendido, meditado e analisado. Chegará um dia o momento de, com os pés bem fincados na terra, arriscar uma opinião que poderá ser falível, mas certamente será honesta e fundamentada.

8 — Dois outros tipos de povoamento estão considerados no Plano, baseados, respectivamente, nas culturas do chá, do tabaco e do arroz.
O chá é, já hoje, uma grande riqueza da Província; em 1958, exportaram-se cerca de 7000 toneladas no valor de 146 000 contos. Desde sempre se puseram as maiores reservas à possibilidade da sua cultura em regime de pequena propriedade e desse parecer é testemunho o voto do Conselho Legislativo sobre esta rubrica do Plano, em que realisticamente, se olhou ao que está feito na Zambézia pela iniciativa particular. Por isso se pensa ser útil consagrar 25 000 contos a, por um lado, lançar e estimular o apoio técnico e experimental aos cultivadores existentes e futuros, de molde a obter uma melhoria de qualidade e produção e, por outro, montar e pôr em funcionamento duas unidades fabris que permitam aos empresários de tipo médio, explorando áreas de 50 a 300 hectares, a preparação do seu produto sem dependência do recurso às fábricas das grandes empresas.
Por sua vez, a cultura do tabaco apresenta características bem diferentes que permitem encará-la como sólido apoio ao povoamento e valorização económica da Província. Tendo em vista o exemplo da vizinha Federação, em que constitui a segunda exportação em valor, com 2 250 000 contos, e o trabalho de pioneiros já levado à cabo no Norte da Província, não será difícil reconhecer o interesse em tomar medidas que permitam o desenvolvimento da produção, que é de alta rendabilidade e susceptível de fixar numerosos agricultores europeus ou autóctones. Para isso é, contudo, necessário em primeiro lugar uma garantia de qualidade; depois uma política de mercado e, finalmente, o indispensável apoio do crédito em condições razoáveis...
Para esta cultura e a do arroz, onde se preparam actualmente os talhões das várzeas do Maputo para ocupação espontânea, destina o Plano 50 000 contos.

9 — Uma outra importante verba (100 000 contos) destinada a recuperação de terras e fixação de populações autóctones, sai da rubrica do fomento agrícola, florestal e pecuário. Trata-se duma notabilíssima obra, empreendida com pequenos meios e executada a custo baixo, tendente a recuperar, parcelar, pôr em produção, conservar e assistir os chamados «machongos», onde foi possível fixar já centenas de famílias africanas, número que se elevará a vários milhares, à medida que o trabalho for progredindo. Daqueles a Inhamissa é exemplo já internacionalmente conhecido. Dentro do Plano, possìvelmente até 1962, terminar-se-á o aproveitamento dos machongos do Baixo Limpopo, e de outros dispersos na orla litoral dos distritos de Gaza e Inhambane. Prevê-se, ainda, no programa aprovado a realização de outras obras de hidráulica agrícola em Cabo Delgado e, se possível, na Zambézia.
A importância social, económica e política destes trabalhos tem vindo a ser progressivamente reconhecida. Mas, ao lado destes, desenha-se já um outro esquema — o do Baixo Incomati — cuja projecção na vida da Província bem poderá ser de extraordinário interesse.
Os agricultores de todas as raças que têm as suas explorações ao longo deste rio vêem as culturas periòdicamente des-

truídas pelas suas impetuosas cheias. O exame do problema levou desde já à convicção de que simples obras de defesa, rega e enxugo, custando cerca de 200 000 contos, poderão colocar em aproveitamento intensivo cerca de 100 000 hectares de excelentes terrenos de aluvião, com produção de culturas como arroz, banana, juta, kenaf, citrinas, castanha de cajú, trigo, milho, tabaco, leguminosas, frescos, etc., num valor bruto anual que poderá subir a um milhão de contos.
Julga-se possível concluir os estudos em 1961/62, passando-se em seguida à primeira fase da realização.

10 — Ainda dentro do âmbito do fomento agrário, florestal e pecuário, são de considerar as verbas de 18 000 contos, para o estudo das regiões do Maputo e Alto Limpopo e instalação duma estação de estudos de pastagens; 15 000 contos para construção de tanques carracicidas nas regiões produtoras de gado bovino; 10 000 para a ampliação e equipamento do Laboratório de Patologia Veterinária; e 20 000 para a Missão de Combate às Tripanossomíases.

11 — Deixando agora, em breve referência, a importância de 150 000 contos referente à produção, transporte e grande distribuição de energia eléctrica, destinada, segundo Decreto recentemente publicado, à participação no capital por parte do Estado em empresas de economia mixta, cumpre-me dizer alguma coisa sobre os 100 000 contos que se distribuiram ao estudo do aproveitamento hidroeléctrico e hidro-agrícola do Zambeze.
Brilhantes improvisadores que nós somos, tenho ouvido estranhar repetidas vezes o custo de simples estudos, sem se cuidar de saber o que, afinal, se pretende estudar. Ora, pela primeira vez entre nós, pegou-se num problema de planeamento regional para fins múltiplos como um conjunto interdependente — não apenas encarado do ponto de vista da construção duma barragem em certo local, a rega de alguns milhares de hectares noutro, a exploração duma mina ou a montagem duma fábrica. Mais ainda: o que está em jogo e se pretende avaliar nas suas diversas facetas é tão valioso para a Província e para a Nação que me parece menos importante do que discutir quanto se gasta, saber por que se gasta e ter a certeza de que se gasta bem — isto é, sem desperdícios nem exageros.
Ora, no decorrer deste ano, será submetido à apreciação do Governo — que oportunamente recebeu já um Relatório Preliminar — o Esquema Geral definidor da política técnico-económica numa vasta região, abrangendo todo o Distrito de Tete e parte do de Manica e Sofala e da Zambézia, numa área de 137 000 quilómetros quadrados. Aí se apresentarão os estudos hidrológicos e energéticos, da esquematização e justificação das obras de produção de energia, da ocupação agrícola, silvícola e pecuária, da defesa contra as cheias, da navegação do Zambeze e das possibilidades de industrialização da região; a indicação da ocupação humana e definição sumária das vias de comunicação; finalmente, a indicação geral do regime actual de ocupação das terras.
Ainda dentro do Plano de Fomento, será apresentado o Plano Geral, que procurará definir tão completamente quanto possível os elementos técnicos, económicos, financeiros e sociais que servirão de base à definição e execução duma política de desenvolvimento harmonioso e simultâneo duma área bem maior que Portugal Continental.
Pretendem atacar-se, assim, os mais variados aspectos referentes à engenharia civil, à geologia e minas, à agricultura, silvicultura e pecuária, à navegação e aos transportes, à ocupação mineira e industrial, ao povoamento, aos problemas de ordem económica ou financeira.

12 — Parece oportuno, neste momento, abrir um parêntesis e meditar um instante nas dimensões do empreendimento.
Houve tempo, na nossa longa história, em que apesar de todos os Velhos do Restelo, fomos capazes de pensar e realizar numa escala mundial. Rolaram os séculos, aos gigantes sucederam pigmeus, aos construtores de impérios os aduladores da corte, os demagogos de esquina, os oradores de vagos parlamentos ou de sombrios cafés. Mas a centelha de grandeza não se perdeu na própria alma do povo; e explodiu em relâmpagos de luz nas campanhas da ocupação, na geração dos grandes Governadores Africanos, na mobilização da vontade nacional perante a ameaça a Goa, no esforço do ressurgimento nacional nas sete partidas do mundo, na convulsão heróica em que está nascendo, com Brasília, o novo Brasil.
Sempre, quando foi preciso, o povo português regressou a si próprio e soube ser digno do seu destino.
E agora?
Dentro duns meses, quando muito dentro de poucos anos, vamos ser colocados diante da possibilidade única de erguer no coração da África Portuguesa um monumento à capacidade realizadora dum povo de vocação universal. Sabemos desde já que, contràriamente ao que se afirmava e supunha, (até com base em estudos efectuados por estrangeiros) a fronteira política do nosso território não coincide com a sua fronteira geológico-mineira, e jazigos variados aguardam o cantar mecânico das escavadoras e das perfuradoras. Sabemos já que dispomos na região, aguardando apenas o betão das barragens e o aço das turbinas, de cerca de 60 milhões de quilowatts-hora, 30 vezes a produção actual da Metrópole e da ordem de grandeza da produção total do T.V.A. Reconheceram-se centenas de milhar de hectares de terreno, próprios para culturas regadas, para pastagens, para florestas. Sabemos que é possível levar, Zambeze acima, até à fronteira, barcos capazes de transportar económicamente matérias primas ou mercadorias. Não ignoramos também que nos situamos hoje na orla da África civilizada e ocidental, enquanto a noite da barbárie se vai abatendo, cruel e impiedosamente, sobre territórios outrora prósperos. E sabemos, finalmente, que se outros retiram, nós estamos para ficar e ficaremos.
Temos, então, que decidir se somos ainda capazes de nos lançar, como o Brasil se lançou, na transformação revolucionária duma rica e vasta área num marco eterno da presença portuguesa. Para isso, será necessário, que em unidade de comando e execução, sejamos capazes de reunir recursos financeiros, nossos e alheios, de negociar acordos regionais africanos para colocação da energia, de procurar mercados e de neles nos instalarmos, de povoar, arrotear as terras, apascentar o gado, aproveitar racionalmente as florestas, erguer grandes fábricas, explorar as minas, fazer subir num ritmo crescente o nível de vida de centenas de milhar de portugueses de todas as raças. Teremos que correr riscos, enfrentar intrigas, manter a paz portuguesa, fazer nascer verdes invejas, unir descontentes, estimular os tímidos, desfazer ressentimentos, sermos técnicos, sermos políticos, sermos operários, agricultores, mineiros, comerciantes, administradores e estadistas. E, acima de tudo, continuarmos a ser, cada vez mais e ùnicamente, portugueses.
Esta é a questão posta, a que temos que responder. E eu atrever-me-ia a dizer que, se americanos construiram o T.V.A., se alemães fizeram ressurgir do sangue e escombros duma guerra uma poderosa potência industrial, se do outro

lado do Atlântico irmãos nossos construíram Brasília, domaram o Rio São Francisco, rasgaram através da selva virgem, em questão de meses, milhares de quilómetros de estradas, industrializaram uma Nação — também nós poderemos, se quisermos, transformar o Zambeze e a sua bacia hidrográfica na obra do século.

13 — Mas deixemos agora o poderoso Rio e as suas perspectivas e regressemos ao presente. Por uma questão de coerência, não ficará mal examinarmos de seguida o capítulo do Plano de Fomento que trata do *conhecimento científico do território*, e ao qual foram destinados um pouco mais de 82 000 contos.
Já não há hoje, felizmente, dificuldade de maior em fazer compreender, não só aos dirigentes responsáveis, mas também à grande massa, o interesse de toda a ordem, incluindo o aspecto político, da ocupação científica dos territórios ultramarinos. Por isso, ao lado de actividades já em curso, a cargo da Junta das Missões, Centro de Investigação Científica Algodoeira, Laboratório de Ensaios de Materiais e Mecânica do Solo, Institutos de Investigação Científica e Médica, Laboratórios de Patologia Veterinária e dos Serviços de Agricultura, concentra o Plano os recursos disponíveis no sentido de conseguir o possível avanço em cinco sectores de grande importância.
O primeiro diz respeito à revisão da cartografia geral, dotada com 22 000 contos. Qualquer acção de fomento assenta sempre, para ser bem sucedida, num levantamento apropriado do território. Por isso, a acção em vista se dirige à rápida e extensa cobertura, por fotografia aérea, das regiões de interesse para os empreendimentos imediatos, seguida do maior progresso que for possível no levantamento da carta da Província a 1/50 000.

14 — Para estudos geológicos e mineiros, consideram-se 34 600 contos, com predominância da continuação da carta geológica a 1/250 000, e estudos a escala superior em regiões de manifesto valor. Estão já em vias de constituição as brigadas especializadas que se ocuparão destes trabalhos.

15 — Simultâneamente, consagrar-se-ão cerca de 11 000 contos a estudos pedológicos, com vista à definição da aptidão dos solos para fins agro-pecuários, estudando-se a sua morfologia, classificação e cartografia. Os estudos serão inicialmente conduzidos em ligação com os ordenados nas regiões do Maputo e Alto Limpopo e a que já atrás se fez referência.

16 — Do reconhecimento da verdade elementar de que a primeira e maior riqueza da Província reside na sua população, desviaram-se 10 000 contos para o respectivo estudo, incidindo sobre a sua nutrição, instrução e productividade. Destes três aspectos, concedeu-se decidida preferência ao estudo da nutrição, pela realização dum inquérito por amostragem abrangendo toda a Província, com a efectivação de mais de 100 000 análises de sangue, urina e alimentos. Procura-se, assim, habilitar o Governo a promover uma correcção apropriada do regime dietético existente, que de antemão se sabe ser deficiente ou inadequado em numerosos casos.

17 — Finalmente, anota-se a verba de 5000 contos para estudos económicos com objectivos ao Plano de Fomento, com a qual se pretende, mediante o concurso de economistas especializados, trabalhar em duas grandes frentes: a avaliação dos reflexos, sobre a economia da Província, dos investimentos feitos no decorrer do Plano vigente e a definição, com suficiente antecedência, de quais os empreendimentos de maior interesse económico a incluir no próximo Plano.
Compreende-se, sem esforço, o pensamento que presidiu a esta orientação. Em especial, aparece como particularmente nítida, a preocupação de evitar, para o futuro, o clima de urgência e improvisação em que teve de ser elaborado, no que respeita a Moçambique, o planeamento actual e a que já tive ocasião de me referir. E tanto mais que, se os inconvenientes resultantes puderem ser minimizados no caso vertente, nada nos garante que continui a ser assim ou, pelo menos, que não possamos trabalhar em bases mais sólidas e diminuir de forma sensível a probabilidade de cometer erros que sempre custam muito caro.
Pelo Governo-Geral foram já fixados os prazos em que devem ser apresentadas e sujeitas a estudo e apreciação as propostas fundamentadas referentes ao novo hexénio de 1965-70. Nada se inovou nesta matéria, apenas se quis seguir a lição metropolitana, o que parece de elementar prudência e salutar disciplina.

18 — Atingimos agora, nesta já longa exposição, o sector em que incide a maior despesa global do conjunto do Plano: o de *comunicações e transportes*, com cerca de 1 504 000 contos. A própria grandeza da verba a investir sublinha, com clareza, a excepcional posição que as infra-estruturas desempenham no desenvolvimento da Província. Se tivermos em conta que, para a construção da rede de estradas, em curso, se destinaram 948 000 contos, vê-se que se reconheceu, finalmente, a importância deste tipo de comunicações para o povoamento e desenvolvimento da Província e, ainda, a capacidade dos seus órgãos técnicos e dos empreiteiros portugueses para estudarem e executarem obras a uma escala que já não nos envergonha.
No século XIX e na primeira parte do século XX, via-se o caminho de ferro como o meio essencial e único de penetração, atingindo regiões que subsequentemente, e, por vezes, com desoladora lentidão, se iriam desenvolvendo. A evolução actual dos meios de transporte automóvel inverteu a posição; e, salvo casos definidos como o frete de cargas pobres e volumosas a muito longas distâncias, é a estrada, pelo seu menor custo de investimento, pela possibilidade da sua construção por fases adaptadas às necessidades do tráfego, pela vantagem do transporte porta a porta, em suma, pela maior flexibilidade que permite a todo o problema da circulação dos produtos, que tomou o lugar de desbravadora das regiões sub-desenvolvidas, de fomentadora da riqueza, de meio inicial para a circulação de pessoas e bens. O caminho de ferro constitui ainda, e pensa-se que por bastante tempo, a segunda fase dessa operação: quando a tonelagem a transportar atinge determinado valor e certas características, aparece a justificação económica da sua construção e exploração.
Tudo isto contribuiu para que, no actual plano, apenas se tenha considerado a continuação dum caminho de ferro, de resto do maior interesse económico e político.
No planeamento rodoviário em curso, considerou-se como um dos objectivos primários a ligação por estrada de Lourenço Marques à Beira, velha aspiração da Província, de tão evidente interesse dos mais variados pontos de vista, desde o militar ao turístico, que sobre eles me dispenso de insistir. Atingiu-se já Lindela, a 440 quilómetros desta cidade e vai-se seguir em frente; se não surgirem imprevistos, a Beira ficará ligada até ao fim do Plano. Dentro de dias se abrirá concurso para a construção da ponte sobre o Lim-

popo, em Vila de João Belo, velho sonho suposto quase irrealizável e que constituirá padrão apreciável da engenharia portuguesa em África. Trabalha-se, também, por toda a Província, em novas estradas e pontes; recordo a ligação do Chibuto ao Caniçado, quase concluída, com a ponte do Changane adjudicada; a rodovia Beira-Rodésia, extraordinário instrumento de valorização turística e inexcedível fonte de divisas; a ligação Vila Pery-Central do Revuè, concluída; os trabalhos de construção e asfaltagem da estrada de penetração da Zambézia, agora no lanço Quelimane-Namacurra; o lanço, quase construído, de Nampula ao Monapo, parte do sistema viário do Norte; a ligação de Vila Gouveia para a Changara, em fase final, e a transversal do Distrito de Tete, da Rodésia do Sul à Niassalândia, em construção; a estrada de acesso ao planalto do Tsetserra; as pontes do Revuguè, Meluli, Pungué, Revuè, Mutamba, Lágua, M'copote, Titimar, Changane, Mulimadi, Mucadi, Mutuazi, Narre, Nualo, Citanágua, Inhamanguene, de Changara ao Guro, de Tete ao Mevudzi, toda uma série de obras de arte de nomes pitorescos, mas representando centenas de milhar de contos. Chega agora a vez ao Distrito de Cabo Delgado, com a abertura dos concursos para a imediata construção da estrada que ligará Porto Amélia ao Norte e será factor decisivo na valorização económica desta vasta região.

19 — O que foi feito, se está realizando ou se vai construir seguidamente, não teria sido possível sem uma estreita colaboração entre os técnicos rodoviários, os do Laboratório de Materiais e Mecânica do Solo e os empreiteiros que trabalham na Província. Na verdade, ignorada do grande público, operou-se uma verdadeira revolução técnico-económica, pela introdução e desenvolvimento de novos métodos de estudo, concepção, projecto e execução das rodovias, continuados com uma intensa mecanização dos trabalhos, tudo concorrendo para o duplo objectivo de obter soluções de alta economia, combinadas com grande velocidade de execução e sem prejuízo, antes com melhoria, da qualidade. Nem todos saberão, por exemplo, ser hoje possível obter rendimentos que atingem um quilómetro de estrada pavimentada por dia, com tolerâncias não excedendo 1,5 centímetro na espessura fixada para os respectivos pavimentos. Mas o facto é já conhecido e apreciado nos meios técnicos internacionais.

20 — Não será, portanto, difícil de admitir o interesse que haverá para a Província no pleno aproveitamento desta máquina que laboriosamente foi criada, pelo concurso e harmoniosa colaboração entre o Estado e a iniciativa privada. Ninguém conceberia que uma fábrica moderna pudesse estar parada durante meses ou anos, havendo no mercado ansiosa procura dos bens que produzisse. Igualmente, é de tanta premência e tão vital necessidade a extensão rápida da rede rodoviária moçambicana, de molde a concluirem-se num curto prazo os 8500 quilómetros reputados como fundamentais, que tem de se pôr urgentemente o problema de decidir qual o grau de rendimento que queremos extrair da organização industrial de construção de estradas em boa hora criada na Província. Uma coisa é certa: o parecer do Conselho Legislativo que solicitou 1 200 000 contos como dotação aconselhável no hexénio para o Plano Rodoviário era baseado no perfeito conhecimento das realidades e só pode ter pecado por defeito.
O extraordinário aumento de volume de trânsito em todas as estradas construídas, mesmo as mais afastadas; o caudal de divisas devidas ao turismo que algumas delas provocaram; a ocupação que se desenha já à vista ao longo dos novos traçados; os números de que se dispõe quanto ao corte radical nas despesas de conservação dos veículos, permitindo, por exemplo, a redução em 50 por cento das tarifas da camionagem automóvel entre Lourenço Marques e Inhambane — tudo isso, e as vantagens políticas, sociais e de outra ordem evidentes para todos, bem aconselham um novo grande esforço neste sector tão basilar para o progresso de Moçambique.

21 — Passemos agora das estradas para outro aspecto dos transportes de não menor importância.
Fosse por fatalidade histórica, fosse como consequência da velha tendência dos portugueses de criarem feitorias nos portos do litoral como base do seu domínio económico-político dos mares e dos continentes, o que é certo é que nos encontramos senhores das portas de entrada e das vias de penetração para a parte mais rica do hinterland africano. Luanda, Lobito, Moçâmedes e Baía dos Tigres, em Angola; Lourenço Marques, Beira, Nacala, em Moçambique, exemplificam concretamente a situação.
Quanto à nossa Província, a posição privilegiada de que dispomos acarreta-nos pesadas responsabilidades internacionais, a que temos sabido corresponder de maneira impecável. A Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, com o seu orçamento superior a um milhão de contos, enfileira hoje entre as maiores empresas industriais do território português, ocupando na economia da Província o lugar do seu principal angariador de divisas estrangeiras.
Não admira, portanto, que à referida Administração consigne o Plano de Fomento um total de 231 000 contos, a que há a acrescentar mais 150 000 entregues extra-Plano para a construção de dois novos cais no porto da Beira.
O porto de Lourenço Marques, movimentando cerca de cinco milhões e meio de toneladas, é hoje o primeiro porto português. Nos seus 2400 metros de cais manuseiam-se anualmente, portanto, quase 2500 toneladas por metro, o que representa um rendimento extraordinário, só possível mediante perfeita organização e elevado grau de mecanização.
Os 115 000 contos do Plano de Fomento destinam-se à construção dum cais de minério, no entreposto da Matola, com 200 metros, que será dotado duma poderosa instalação de carregamento mecânico. A obra, já adjudicada e a começar dentro de dias, está projectada para fundos de — 12,00 metros, o que permitirá a atracação dos grandes navios modernos, uma vez resolvidos os problemas de acesso ao ancoradouro, que se afiguram de decisão relativamente fácil.
Prevê-se, ainda, para um futuro próximo, a ampliação do cais Gorjão, de carga geral, em mais 300 metros, de molde a enfrentarem-se as previsões de aumento de tráfego, que se supõe ser, para os próximos anos, da ordem do milhão de toneladas.

22 — Além dos 150 000 contos acima referidos, a Beira dispõe de mais 40 000 para o conjunto de obras em curso, que incluem dois novos cais, com 320 metros, já em construção, e o início de outros dois. Actualmente, a extensão de cais é de 822 metros para carga geral, e mais 164 metros num cais de minério com instalação mecânica. Uma fracção da carga é ainda manuseada por barcagem para o cais do Chiveve.
A carga movimentada anda acima de 3 milhões de toneladas, correspondendo a um rendimento anual por metro de cais

superior a 2700 toneladas, maior ainda que o de Lourenço Marques.
A construção dos cais em execução e dos projectados poderá elevar a capacidade de manuseamento do porto para a ordem dos seis milhões de toneladas anuais.

23 — Mais ao Norte, a imensa baía de Nacala tem em construção o seu cais acostável, com 430 metros, a concluir em 1962.
A dotação para a sua construção e equipamento é de 76 000 contos.
O porto é testa do Caminho de Ferro de Moçambique, o mais longo da Província, com 580 quilómetros em exploração, enquanto a rede total é de 2284 quilómetros; está em construção o lanço Nova Freixo a Catur, com mais 187 quilómetros, dotado no Plano de Fomento com cerca de 115 000 contos, a acrescer aos 127 800 dispendidos no plano anterior. Este Caminho de Ferro abrirá à valorização e ocupação económica o imenso e rico planalto do Niassa e virá a atingir o grande Lago num porto que aí vai ser construído e cujos estudos estão em desenvolvimento. O lanço seguinte deste caminho de ferro, que se espera poder construir ainda dentro do Plano vigente, atingirá Vila Cabral, a jovem capital deste belo Distrito do extremo norte.
Veremos, adiante, que outros vultuosos investimentos vêm sendo feitos, extra Plano, neste campo de actividade do sector transportes.

24 — Além das estradas, portos e caminhos de ferro, o planeamento que temos vindo a descrever dedica também valioso contributo à expansão do transporte aéreo.
Dos 150 000 contos que lhe estão destinados, 50 000 permitirão, juntamente com uma contribuição extra de mais 40 000 contos, a renovação da frota da Divisão de Transportes Aéreos, a velha e prestigiosa empresa que, integrada na Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, foi pioneira da aviação comercial portuguesa. A aquisição de aviões modernos, provàvelmente do tipo turbo-jacto, permitirá encarar com confiança o aumento constante do respectivo tráfego e dar, simultâneamente, uma maior flexibilidade à utilização de outras modalidades de exploração, nomeadamente no que respeita a carga rica.
Os 100 000 contos restantes destinam-se a importantes melhoramentos na rede de aeródromos, incluindo em primeiro lugar os respeitantes à segurança aérea e sinalização luminosa, depois trabalhos referentes a ampliação, reforço e pavimentação de pistas, caminhos e estacionamentos, edificações e montagens e serviços gerais. Consideraram-se trabalhos nos aeródromos de Lourenço Marques, Inhambane, Vilanculos, Beira, Quelimane, Tete, António Enes, Vila Junqueiro, Nampula, Lumbo, Porto Amélia e Mocímboa da Praia.
Pelo que respeita à comodidade do público, estão concluídas, em construção, em vias de adjudicação ou em fase mais ou menos adiantada de projecto, as aerogares de Lourenço Marques, Beira, Inhambane, Vilanculos, Quelimane, António Enes, Nampula, Porto Amélia e Mocímboa da Praia.

25 — Para encerrarmos este capítulo, direi ainda que não basta construir estradas e caminhos de ferro, equipar os portos e aeródromos, mas é necessário também conceber e explorar o sistema de transportes da Província como um todo ao serviço duma concepção económica e dum imperativo político. A questão, assim enunciada, aparece como extremamente simples; ela é contudo de verdadeira complexidade. Dada a fisiografia da Província, a extensão imensa das suas costas, a situação excêntrica das áreas produtoras, é necessário que as formas de transporte acima descritas e, ainda a navegação fluvial e marítima, sejam encaradas como rodas duma mesma engrenagem, girando harmoniosamente para fazer avançar uma complicada máquina.
No seguimento das medidas necessárias, para as quais o Governo tem solicitado e continuará a solicitar a colaboração e apoio das entidades privadas, pensa-se possível publicar em breve, como primeira fase, a nova regulamentação do transporte rodoviário, de molde a fazer desaparecer disposições obsoletas e prejudiciais, sem deixar, contudo, de assegurar ao Estado a possibilidade duma intervenção reguladora quando o interesse público tal aconselhar. A segunda fase, que se iniciará imediatamente e para a qual se dispõe já neste momento de muitas informações e valiosos contributos, será a da revisão geral do sistema tarifário, com vista a torná-lo um instrumento do progresso e da valorização de Moçambique.

26 — Fechado mais este parêntesis, saltemos agora para outro grande capítulo do Plano; o consagrado à *Instrução e Saúde*, dispondo de 380 000 contos.

27 — Na minha vida profissional e pública, tenho tido o privilégio de percorrer várias vezes a Província, contactar com as suas gentes, ouvir atentamente os seus anseios e reclamações, apreciar o português desassombro de quem se sente com razão e a reclama. Ora, à cabeça das reinvindicações, aparecem quase sempre os pedidos referentes a novas e melhores estradas, a maior número e mais diferenciadas escolas, a mais disseminados e mais bem equipados hospitais.
Já tive ocasião de me ocupar das estradas e queria agora dizer alguma coisa sobre o problema escolar.
Nós teremos de erguer, em curtos anos, um esquema de ensino visando seis milhões de habitantes, e não apenas as centenas de milhar de civilizados ou de evoluídos. É uma tarefa tão gigantesca, tão vital, tão inadiável e, ao mesmo tempo, tão dispendiosa que bem tem estado sempre na primeira linha das preocupações do Governo. É necessário, até como essencial instrumento de coesão nacional, o ensino eficiente, real, completo e extenso da língua pátria. Mas é da experiência de todos os tempos e de todos os lugares que a sêde de instrução e de cultura não se quedará por aí; e, à medida que formos progredindo nesse dever fundamental, novas massas ansiosas nos baterão à porta das escolas de todos os graus. Ignorar este axioma seria caminhar directamente para um desastre de largas proporções.
Dos 180 000 contos reservados para instalações escolares, vai vendo a Província surgirem, por toda a parte, escolas simples mas funcionais, e os grandes edifícios dos novos liceus e escolas técnicas. Pensa-se necessário, no ensino de adaptação, construir 428 salas de aula, no ensino primário 410 salas, bem como a habitação para os respectivos professores. Concluído o Liceu Pero de Anaia, na Beira, encontram-se já em construção ou adjudicadas, além do novo Liceu de Lourenço Marques, as Escolas Comerciais e Industriais da Beira, Quelimane e Nampula e a Escola para feitores agrícolas do Limpopo; conta-se iniciar para o ano, além da Escola Comercial e Industrial de Inhambane, uma Escola Técnica Elementar e um Liceu Feminino em Lourenço Marques. A construção da Escola Técnica de Quelimane vai possibilitar a arrumação provisória do Liceu aí a criar, mas ficarão ainda de pé os problemas referentes às instalações do futuro Liceu de Nampula e de Escolas Técnicas Elementares em Vila João Belo, Tete, Beira e Porto Amélia, que não poderão ser adiadas por muito mais tempo.

Outros problemas, entretanto, virão a surgir, como o do alojamento, quando for decidido, dos Institutos Médios, o que a seu tempo se verá.
Das minhas palavras poder-se-á depreender, sobretudo, que ao lado das numerosas realizações em curso, muitas outras de importância semelhante terão de ser encaradas quase imediatamente.

28 — Também o problema hospitalar se não apresenta com características de menor premência. Os 200 000 contos do Plano estão a permitir a construção e equipamento dos três pontos básicos de apoio do sistema de assistência sanitária da Província, há longo tempo desejados e reclamados, mas que só agora se transformam em realidade. Refiro-me ao Hospital de Lourenço Marques, já em execução, e aos da Beira e Nampula, em fase adiantada do projecto. Destes dois, o primeiro deverá ser posto em concurso no próximo ano; o segundo, dentro de algumas semanas. Simultâneamente, concluiu-se o belo Hospital de Tavene, em Vila João Belo. Mais adiante me ocuparei, embora de passagem, de certos aspectos da questão hospitalar que foi possível resolver utilizando outros meios de financiamento.

29 — Chegamos, nesta já longa exposição, ao último capítulo do Plano, que constitui inovação no Ultramar. Quero referir-me aos 100 000 contos destinados à *participação no estudo, projecto e execução de melhoramentos locais*. Recorrendo a esta verba, vem-se desenvolvendo, por toda a Província, notável acção, comparticipando-se em 50 % nos abastecimentos de água a povoações, em 25 % nas electrificações e executando, ainda, totalmente, empreendimentos com vista à melhoria das condições de vida das populações rurais. Nesta última modalidade se enquadra o espectacular esquema do abastecimento de água ao Planalto dos Macondes, orçado em cerca de 12 000 contos e cujo concurso público para execução actualmente decorre. Em virtude da aridez do Planalto, e da impossibilidade geológica do abastecimento por meio de furos profundos, a população vive junto da respectiva orla, e as mulheres percorrem, diàriamente, muitos quilómetros para ir buscar às zonas baixas alguns litros do precioso líquido. Pelo projecto aprovado, uma barragem no rio Homba permitirá a armazenagem e subsequente elevação para depósitos elevados da água suficiente para a satisfação das necessidades básicas de milhares de pessoas; a distribuição far-se-á, ao longo de condutas ramificadas através do Planalto, com extensão total de 250 quilómetros, em postos fontenários de venda não mais afastados entre si do que quatro quilómetros. Pensa-se, assim, que uma autêntica revolução se processará nas condições sociais e económicas das populações, influenciando decisivamente a sua distribuição na zona.
Um esquema regional de características aparentadas será iniciado no próximo ano na região do Mossuril.
Também destinadas às populações rurais, para o seu uso e dos gados próprios, construir-se-ão em regiões áridas numerosas pequenas represas de armazenamento, que muito virão beneficiar dezenas de milhar de habitantes.

30 — Nos abastecimentos de água a povoações em que vem sendo favorecida toda uma série de aglomerados populacionais dispersos de Norte a Sul da Província, aponto apenas, pelo seu interesse técnico, o caso da Ilha de Moçambique, utilizando conduta plástica submarina, já em concurso; e a comparticipação de cerca de 10 000 contos concedida a Quelimane, para um projecto de valor global de 40 000.

31 — Mas os investimentos do sector público não se limitam àqueles que se encontram programados no Plano de Fomento. Já tive ocasião de referir, de passagem, o caso do porto da Beira, onde se aplicam actualmente 150 000 contos na construção dos novos cais e o de Quelimane, em que a autarquia local investirá 30 000 contos no abastecimento de água, fora a comparticipação concedida pelo Estado. Semelhantemente, a Câmara Municipal de Nampula empregou 26 000 contos em esquema da mesma natureza e verbas muito importantes têm sido dispendidas pela Câmara Municipal de Lourenço Marques, em electrificação (100 000 contos) e abastecimento de água à cidade. Além disso, o exame do Orçamento Geral da Província mostra logo um dispêndio anual de cerca de 26 000 contos para obras novas só no sector dos Serviços de Obras Públicas, enquanto os Fundos de Construção de Casas e o de Construção de Bairros destinados à população indígena movimentam igualmente algumas dezenas de milhar de contos. No sector de construções hospitalares, financiamentos independentes vão permitir a imediata abertura de concurso para o conjunto hospitalar do Macúti, orçado em 13 000 contos, ao passo que a construção de diversas obras no Hospital de Lourenço Marques, em curso ou preparadas para realização, montam a cerca de 4600 contos; a construção dum sanatório para tuberculosos, em fase de projecto, exigirá mais 10 000.
Contudo, é através da Administração dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes que outros investimentos de muito maior vulto virão a ser executados. Já referi a comparticipação de 40 000 contos para aquisição de novos aviões; acrescentarei que o plano de trabalhos do corrente ano, através dos seus fundos de Melhoramentos e de Renovação ascende a mais de 200 000 contos, devendo salientar-se a ampliação da Ponte-Cais de Quelimane, já em concurso, no valor de 38 000 contos; também o Caminho de Ferro da Beira planeou e está executando um programa de melhoramentos da ordem dos 100 000 contos por ano.
Ainda no sector público, a Administração dos Correios, Telégrafos e Telefones acaba de ser autorizada a contrair um empréstimo de 132 000 contos para a realização de importantes melhoramentos, que inicialmente se tinha pensado incluir no Plano de Fomento.
Englobam, principalmente, a construção de centrais telefónicas automáticas em diversas localidades da Província, a aquisição e montagem dum novo sistema de radiocomunicações entre Lourenço Marques e Beira por super-altas e muito altas frequências e a construção de numerosos traçados telefónico-telegráficos com multiplicidade de canais num mesmo circuito físico.
Não será, portanto, exagerado, computar em 1 500 000 contos os restantes investimentos no sector público durante o hexénio 1959/64.
A isso haverá que acrescentar o investimento no sector privado, difícil de avaliar por escassez de dados, mas em que só no que respeita à construção civil, não será arrojado prever, tendo em conta a evolução passada, um mínimo de 1 800 000 contos. Atendendo, também, ao desenvolvimento industrial (em que avultam os 130 000 contos da nova refinaria de petróleo) e ao agrícola e pecuário, parece-me que não se cometerá erro por excesso, antes pelo contrário, se admitirmos um limite mínimo de 7 milhões de contos para montante global dos investimentos no hexénio, incluindo, evidentemente, o Plano de Fomento. Este número poderá ser excedido com a maior facilidade desde que se disponha duma estrutura adequada para o crédito a médio e longo prazo.

32 — Tentei dar, e não sei se o consegui como desejava, uma visão global da forma como estão sendo encarados os problemas de fomento em Moçambique, procurando traçar vasto quadro mural, com as suas zonas de optimista luminosidade, outras de claro-escuro, ainda algumas porventura um tanto sombrias.

Dentre estas últimas queria apenas salientar a que resulta da escassez de técnicos com que lutamos. O que se tem feito representa um autêntico milagre de sacrifício e abnegação de uns poucos, que não cederam à tentação fácil duma maior e mais justa remuneração e teimosamente persistem agarrados aos seus postos, fazendo cada um o que a muitos competiria. A preparação dos técnicos para um plano de fomento de larga projecção tem de começar muito antes da sua entrada em execução; isto não pôde ser feito desta vez; e é inevitável que haja erros, atrasos e maiores dispêndios que bem poderiam ter sido evitados. Que, ao menos, seja aproveitada a lição e desde já se encare como deve ser esta magna necessidade.

33 — Ao encerrar este longo e árido trabalho, eu gostaria de encontrar uma palavra vibrante de fé e plena de confiança. Somos olhados, por vezes, no mundo, como um pequeno povo. Mas quis a Providência que, agora como em outras fases da nossa vida nacional, tenhamos sabido afastar-nos do caminho cómodo e atraente seguido pelas grandes Nações, para orgulhosamente afirmarmos o que sabíamos ser a nossa Verdade. Sempre a História nos deu razão e será assim também neste ambiente crepuscular em que se degradam ou suicidam velhas civilizações. Mesmo que trilhemos um rumo solitário, mesmo que, mais uma vez, constituamos a excepção, ou motivo de escândalo no morno conformismo geral, nem por isso nos sentimos diminuídos, nem por isso aceitamos a transigência que é já uma admissão de inevitável derrota.

Vimos que o esforço material que estamos fazendo é muito vasto e pesa fortemente nos nossos limitados recursos. Dele podemos certamente tirar forte motivo de satisfação. Mas, infinitamente mais importante e valioso, é o exemplo da fidelidade a mais altos valores, de tenaz defesa do nosso direito, da comunhão nacional acima da separação geográfica ou da diferenciação de raças. Aí reside a nossa força, essa força indomável que vela noite e dia para que a nossa bandeira flutui para sempre e gloriosamente ao vento do destino em todos os bastiões da velha fortaleza lusitana.

MANUEL PIMENTEL DOS SANTOS

Engenheiro Civil (U. P.)

SECRETÁRIO PROVINCIAL DE MOÇAMBIQUE

(OBRAS PÚBLICAS, COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES)

EMPRESA EDITORIAL ELECTROTÉCNICA EDEL, LDA.

Por decisão da Assembleia Geral Extraordinária que se realizou no dia 3 de Fevereiro vai ser alterado o pacto social da EDEL pela entrada dos seguintes sócios:

COMPANHIA DE CIMENTO TEJO, S. A. R. L.	— quota — 4000$00
COMPANHIA PORTUGUESA DE CELULOSE, S. A. R. L.	— quota — 5000$00
ETELI - EMPRESA TÉCNICA LUSO-ITALIANA, LDA.	— quota — 2500$00
MINAS DE VILA COVA, S. A. R. L.	— quota — 3000$00
SOCIEDADE PORTUGUESA DE PETROQUÍMICA, S. A. R. L.	— quota — 4000$00
SODA PÓVOA, S. A. R. L.	— quota — 5000$00
STANDARD ELÉCTRICA, S. A. R. L.	— quota — 4000$00

ficando o capital da Empresa em Esc. 328 300$00.

Também oportunamente ingressará na nossa Sociedade o ALUMÍNIO PORTUGUÊS, S. A. R. L., o valor da sua quota não estando ainda fixado.

É-nos muito grato registar o interesse com que foi acolhido o convite feito a estas Sociedades para prestarem a sua colaboração à tarefa que empreendemos, e para cuja execução temos empregado o melhor do nosso esforço.